



PROGRAMA
INTERUNIVERSITARIO
de
HISTORIA POLÍTICA

Nem bandidos, nem heróis:

os militantes judeus das esquerdas armadas

mortos sob tortura no Brasil

(1969-1975)¹

Beatriz Kushnir²

¹ Esse artigo, apresentado durante o workshop *A Inserção dos judeus no Brasil hoje* (Centro de Estudos Judaicos da USP), e no curso *500 anos de judeus no Brasil* (Centro de História e Cultura Judaica, no Rio), foi publicado no livro por mim organizado e

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Professora colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, e em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Autora, entre outros, do livro *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (2004).

*As nossas mortes não são nossas.
São de vocês.
Elas terão o sentido que vocês lhes derem.³*

I. DAS DEZ MAIS UMA HISTÓRIAS PARA CONTAR

Para Abraham José Schneider, o Yossel ou, como o meu avô materno o chamava, o *gueiler* – o ruivo –, ou o *roiter* – o vermelho. Um militante de outros tempos e mesmos ideais, meu querido tradutor do *íidiche* e que nos deixou em 12/3/2000, aos 87 anos.

Entre novembro de 1969 – nos primeiros dias do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969/74), empossado em 25 de outubro –, e outubro de 1975 – no segundo ano da distensão do general Ernesto Geisel (1974/78) –, dez militantes de esquerda e de ascendência judaica-brasileira foram mortos, sob tortura nos porões da ditadura civil-militar implementada no país no pós 31 de março/1º de abril de 1964. Esse regime autoritário, que viu o seu endurecimento com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13/12/1968, viveu a partir dali o que a historiografia consagrou como “os anos de chumbo”.

³ Essa frase encontra-se no documentário de Barbara Sonneborn, “Lamentamos Informar” (1998), que se centra na guerra do Vietnã. A cineasta tinha 24 anos quando recebeu um soldado americano à sua porta com notícias de seu marido. Ele dizia: “lamentamos informar que...” Aqui, os parentes dos mortos e desaparecidos na luta armada ficavam sabendo do destino reservado aos seus filhos, filhas, maridos, irmãs, por intermédio dos jornais. Na época os periódicos publicavam as notas oficiais relatando as mortes dos militantes. Geralmente, a informação oficial era a versão mentirosa de um tiroteio ou de uma resistência à prisão. Quase sempre, o jornal informava, na véspera, um fato que viria a acontecer no dia seguinte. Frequentemente, os corpos eram entregues às famílias em caixões lacrados, ou desapareciam em valas comuns. Tentavam, assim, esconder a prática da tortura.

O ano de 1968 foi um marco, que para muitos, não terminou. Em junho, o centro do Rio viu a *Passeata dos cem mil*, uma das maiores manifestações de oposição à ditadura. Como resultado, foi a primeira e única vez que um general-presidente, na época Costa e Silva, recebeu uma comissão popular em audiência. Em outubro, a rua Maria Antônia, em São Paulo, seria o palco do embate entre a Faculdade de Filosofia da USP e a direita universitária ligada ao CCC – Comando de Caça aos Comunistas – dos alunos da Mackenzie.⁴ Nesse mesmo mês, no 30º Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes –, em Ibiúna, que estava proibido, 739 universitários foram presos.

A partir dessas rápidas pinceladas, essas dez histórias para contar reúnem perfis de diferentes militantes vinculados a diversas alas das esquerdas armadas no Brasil. Essas trajetórias estão inseridas nesse contexto de efervescência cultural e política de fins dos anos de 1960 no país e no mundo. Seu ponto em comum é que tinham uma ascendência judaica, mas não exerciam uma militância judaica. Não eram, por exemplo, sionistas; eram brasileiros lutando por seu país. E o interessante para essa reflexão é justamente isso: uma geração posterior a fundação do Estado de Israel que não está preocupada com a pátria para o povo judeu, e sim com a terra para onde seus avôs vieram há quase meio século.

Diferentes trajetórias de participação política se cruzam nesses dez casos, contudo, é fundamental destacar que a maioria deles não tinha uma tradição familiar de esquerda engajada. Nem todos eram da célula judaica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dos anos de 1930 e 1940, por exemplo. Eram jovens românticos e velhos militantes, todos juntos em organizações diferentes, que optaram por se filiar à luta armada, que para eles era a única forma de reverter o quadro repressivo que o Brasil vivia.

Portanto, meu intuito não é buscar nas origens de um judaísmo de esquerda ou na militância de parentes de alguns desses dez casos, a explicação para o seu engajamento político.

⁴ SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo, Nobel, 1988.

A perspectiva é delinear novas formas de exercer a identidade judaica no contemporâneo que contemple a equação "ser judeu, ser brasileiro". Nesse sentido, me baseio nas reflexões de Celso Lafer quanto ao conceito de identidade, "como um construído e não um dado", na versão bíblica.⁵

Para tal, os compreendo fazendo parte integrante de uma geração *romântico-revolucionária*, definida por Michael Löwy e Robert Sayre, e influenciada pelo espírito transformador de maio de 1968.⁶ Para esses autores,

"o romantismo apresenta uma crítica da modernidade, isso é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré- capitalista, pré- moderno). [...] Um romantismo revolucionário e/ou utópico, [que objetivava] instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontrariam uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, a harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida" (LÖWY e SAYRE; 1993; pp. 34 e 235).

Corroborando com essa visão, as recentes reflexões de Marcelo Ridenti recuperam e utilizam esse conceito.⁷ Portanto, para Löwy e Ridenti, o romantismo revolucionário é uma aposta no futuro como uma alternativa, um pleito na

"utopia anti-capitalista parcialmente moldada no passado, o romantismorevolucionário enfatiza a prática, a ação, a coragem, a vontade de transformação, por vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas. [...] O romantismo das esquerdas nos anos 60 não era uma simples volta ao passado. Ele buscava no passado elementos

⁵ LAFER, Celso. "Identidade individual e identidade coletiva: o judaísmo e os dilemas da modernidade". In. *Ensaio liberais*. São Paulo, Siciliano, 1991.q

⁶ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.;

-----, *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995;

⁷ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

para a construção da utopia do futuro. [...] Visava-se resgatar um encantamento da vida, [...] um "homem novo".⁸

Ou como Walnice Galvão sintetizou, esse foi um instante onde se deu um “ensaio geral de sociabilização da cultura”⁹ e uma tentativa idêntica para a política. Há nesse período um “exercício da vontade”, nas palavras de Cacá Diegues, onde o querer movia a tudo e tudo era possível. E como resumiu o cineasta, só se desejava três pequenas coisas: transformar as relações culturais, mudar o Brasil e mudar o mundo. Esse momento foi marcado pelo rompimento e esse foi visto e sentido: nas cisões dos Partidos Comunistas no mundo inteiro; nas lutas e conquistas sexuais; nas buscas por quebras de autoridade, etc. Ou seja, na ambição de sair do imobilismo, catalisado por alguns grupos de vanguarda.

A experiência da luta armada brasileira, assim, não foi "senão uma das manifestações mais radicais do romantismo revolucionário naqueles anos, presente não só no campo político-partidário, mas também político-cultural, na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura".¹⁰ Entretanto, a euforia contagiante de fins dos anos de 1960, suas necessidades transformadoras, contestadores e, principalmente, de oposição ao fechamento do governo pós AI-5 foram recebidas a bala.

Esses dez militantes morreram em combate nessa guerra desigual. Na hora de seus assassinatos muitos deles não carregavam armas, e três deles são desaparecidos políticos, ou seja, seus corpos jamais foram encontrados. Para redesenhar o quadro de vida dessas dez pessoas é

⁸ RIDENTI, Marcelo. "O romantismo revolucionário nos anos 60". In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura. Memória de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997. pp. 415).

⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira. "Nas asas de 1968: rimos, rimos e rimas". In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França, Alemanha*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁰ RIDENTI, Marcelo. "O romantismo revolucionário nos anos 60". In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura. Memória de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997. pp. 414).

fundamental apreender outra perspectiva das relações de tempo e de sociabilidade. São jovens que viveram pouco mais de duas décadas em uma intensidade e velocidade, onde tudo acontecia e era extremamente fundamental e rápido, intenso e decisivo, mortal e apaixonante. Uma frase constante dos que experimentaram fortemente esses anos é a de que o dia tinha 24 horas e essas eram aproveitadas segundo a segundo.

Como puxando o fio de um novelo, essas dez histórias se cruzam com outras em uma rede interminável de nomes, datas e fatos. Assim, é importante ter em mente que se o Brasil viveu uma experiência de regime autoritário entre 1964 e 1968, tudo se alterou a partir do AI-5 e se tornou mais complexo e violento a partir de setembro de 1969.

Para Carlos Marighella – militante baiano do PCB, que ao romper com o partido e ser expulso dele após as diretrizes do VIº Congresso, onde se definiu o não comprometimento do PC com a luta armada –, a resistência ao pós 1964 passava pela organização e pelas ações. Para tal, foi a Cuba – para treinamento de guerrilha, em 1967 –; e fundou o “Agrupamento Comunista de São Paulo”, que posteriormente se transformou em uma das maiores organizações de esquerda do período: a ALN – a Ação Libertadora Nacional.¹¹ Foram basicamente 18 as organizações de esquerda armada:

- ALN;
- Molipo (Movimento de Libertação Popular), fruto de uma divisão na ALN;
- PC do B;
- PCR (Partido Comunista Revolucionário – uma dissidência do PC do B);
- MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes);
- VPR (Vanguarda Popular Revolucionária);

¹¹ ALN era a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) liderada por Carlos Marighella, que “defendia a luta armada contra a ditadura militar. Marighella foi expulso do PCB e o comitê estadual do partido em São Paulo reagiu formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC-SP)” (In. FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura. Memória de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997. pp. 500).

Sobre a trajetória de Marighella, ver:

- ❖ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed., São Paulo, Ática, 1998; e
- ❖ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito* São Paulo, UNESP, 1999.

- Colina (Comando de Libertação Nacional);
- PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário);
- MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro – que é data da morte do Che Guevara);
- VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – fruto da fusão da VPR e do Colina);
- MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) originou-se na Associação de Marinheiros, de antes de 1964;
- M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara – um pequeno grupo no sul do país);
- AP (Ação Popular – de diretriz católica);
- PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores – de orientação maoísta);
- Polop/POC (Política Operária-Partido Operário Comunista);
- Port (Partido Operário Revolucionário – de orientação trotskista);
- REDE (Resistência Democrática – organização que teve *Bacuri*, Eduardo Collen Leite, entre seus fundadores e posteriormente se juntou à ALN);
- Ala Vermelha – uma dissidência do PC do B.¹²

E cada uma dessas dez histórias se liga a um episódio das *quedas* das esquerdas e da ação repressiva do Estado naquele momento. Marcadas por cisões e reagrupamentos no curto e intenso espaço de tempo entre 1967 e 1974, a luta armada e suas organizações agitaram o cenário nacional propondo uma alternativa para o autoritarismo civil-militar. Para Marighella, a “luta” apenas começara, mas o AI-5 impôs a muitos desses jovens militantes a necessidade de uma resposta urgente e marcante. Na leitura atual de alguns ex-militantes, a ação realizada em

¹² Um pouco da trajetória de cada organização pode ser encontrada em:

- ❖ DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS A PARTIR DE 1964. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 1996.;
- ❖ FREIRE, ALMADA, e PONCE (orgs.; 1997);
- ❖ GORENDER (1998); e
- ❖ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. 1999. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo.

setembro de 1969 marcou definitivamente o processo de “caça às bruxas” imposto pelas forças de repressão do Estado brasileiro.¹³ Assim, como analisa Jacob Gorender,

“ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com *braços armados*, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada” (GORENDER; 1998; p. 167).

Em 1969 não havia Congresso, não havia *habeas corpus*, não havia garantias civis ou políticas. Como lembrou o jornalista e artista plástico Alípio Freire, ex-militante da Ala Vermelha, o verão de 1969, "não foi um verão de muitas chuvas. Ou se foi, muitos de nós não conseguimos perceber".¹⁴ Isso porque, muitos estavam encarcerados em nome da segurança nacional. Em agosto daquele ano, o general Costa e Silva sofreu uma trombose e seu vice, Pedro Aleixo, foi impedido de tomar posse. Uma junta militar assumiu o poder. Um mês depois, na semana da Pátria, em 4 de setembro, militantes da ALN e do MR-8, em uma ação conjunta, seqüestram, no Rio, o embaixador americano Charles Burke Elbrick. No dia 5 de setembro o manifesto dos militantes foi lido em cadeia nacional e exigia a troca de 15 presos políticos pelo diplomata. Não se podia mais esconder, existia tortura no Brasil, existiam presos e cárceres. No sábado, 6 de setembro, os presos deixam o país rumo ao México. No domingo o embaixador foi libertado.

¹³ Entrevista de Carlos Eugênio Sarmiento Paz à autora em 16/8/2000. Carlos Eugênio, ex-militante da ALN, é autor de dois livros autobiográficos sobre o tema: *Viagem à luta armada: memórias romanceadas* (2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996) e *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997).

¹⁴ FREIRE, ALMADA, e PONCE (orgs.; 1997; pp. 18).

Erros e pequenos deslizes na operação foram fatais. A gana sobre os militantes de esquerda percorreu as veias da máquina repressiva, que ganhou, em 1969, o apoio da Oban¹⁵ – Operação Bandeirantes, na rua Tutóia, em São Paulo, financiada por empresários de direita e dirigida pelo temido major Ustra –, somados ao Doi-Codi da Barão de Mesquita, no Rio, e do DEOPS/SP do delegado Sérgio Fleury, no prédio do Largo General Osório.¹⁶

Pouco depois do seqüestro, foi instituindo no país a pena de banimento, e os 15 presos libertos foram sentenciados a ela. Um a um os envolvidos na ação e as outras pontas das esquerdas armadas vão cair até julho de 1974. No dia 22 de outubro de 1969, o Congresso foi reaberto para sagrar a posse de Médici. E o termo correto é realmente esse, sagrar o que os bastidores do poder já articulavam desde a doença de Costa e Silva.

¹⁵ "A criação da OBAN, em 29/6/1969", segundo Jacob Gorender (1998, pp. 171), foi uma tentativa de centralizar as atividades e combater as crescentes ações de guerrilha urbana em São Paulo. Era uma "iniciativa conjunta do IIº Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré. Por não constar de nenhum organograma do serviço público, tinha o caráter extralegal. Se instalou nas dependências do 36º Distrito Policial, à rua Tutóia. O lugar se tornou o mais famoso centro de tortura no Brasil em todos os tempos, só igualado ao Quartel da Polícia do Exército do Rio, à rua Barão de Mesquita. [...] Em setembro de 1970, por decreto do Presidente Médici, a OBAN se integrou no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército)". O primeiro comandante da OBAN foi o major Waldir Coelho, e em 29/9/1970, assumiu o "DOI/CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-Maior", ficando nesse posto até 23/1/1974.

Anos mais tarde, Ustra, já coronel, escreveu um livro autobiográfico, *Rompendo o silêncio* (Brasília, Editerra, 1987). Nele conta a sua versão do período que chefiou o DOI-CODI em São Paulo, de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Em uma reportagem à revista *Veja* (18/3/1987, pp. 28-31), Ustra ou o "Doutor Tibiriçá" se dizia ainda preso às atrocidades que comandou nos porões da rua Tutóia. Para ele, os presos políticos saíram da OBAN, mortos ou vivos, seus carcereiros estarão para sempre lá, presos ao passado.

Ao se conversar com torturados políticos, sabe-se que a história não é bem essa, que as marcas estão nos dois lados. Só que, em um deles, elas são também físicas. O interessante do livro, contudo, é mostrar, mesmo de forma parcial, uma memória viva do período que ainda tem muito dos seus arquivos oficiais sob sigilo.

O DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – era a base da estrutura da repressão política no Brasil. O Conselho de Segurança Nacional, ligado ao Estado Maior das Forças Armadas, era o órgão centralizador das ações repressivas. Cada ministério militar tinha seu Codi, que coordenava a repressão nos Codis regionais. Cada qual poderia ter quantos DOIs julgasse necessário. No Rio em determinado momento houve dois DOIs para cada força militar e em São Paulo o Exército tinha um, que sucedeu à Operação Bandeirantes – a OBAN. A Marinha utilizou informalmente o DOPS em São Paulo como seu DOI-Codi, através do delegado Sérgio Fleury, envolvido em processos do Esquadrão da Morte. A OBAN surgiu de uma mobilização de empresários comprometidos com a repressão e o golpe de 1964, de forma clandestina, dando apoio logístico e financeiro. De 1969 a 1970 não teve existência legal, o que aconteceu com a criação dos DOI-Codis nas forças armadas.

¹⁶ O jornalista policial do *Jornal da Tarde*, Percival de Souza escreveu uma biografia, a meu ver muito controversa, sobre o temido e terrível delegado (*Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro, Globo, 2000).

No dia 4 de novembro, no Pacaembu, Corinthians e Santos disputavam uma partida de futebol. Às 21 horas, as transmissões de rádio e TV foram suspensas e se anunciou a morte do mais famoso, no jargão da polícia da época, *terrorista*. Foi assassinado em uma emboscada na alameda Casa Branca, depois da queda dos freis Dominicanos do Convento de Perdizes, em São Paulo, Carlos Marighella.¹⁷ O quadro em que essa notícia foi dada revela muito das análises atuais sobre a participação da sociedade no processo de implantação da ditadura no país. Vista como encastelada, a maior parte da sociedade civil assistiu como platéia em um jogo de futebol ou como espectadora em um evento. Torcia por um ou outro lado, mas pouco se envolvia. Às vezes até, depois de tanta campanha de parte da imprensa, denunciava as atividades das esquerdas armadas. Eles não caíram na graça do povo.

II. APANHAR COMO UM CAVALO!

Dezoito dias depois da morte de Marighella, a versão oficial que IIº Exército enviou para os arquivos do DEOPS/SP diz que foram presos, no Rio de Janeiro, três militantes da organização VAR-Palmares.¹⁸ Entre esses se encontrava o estudante de medicina paulista Chael Charles Schreier. Detidos no Rio após violento tiroteio, foram levados para o Hospital Central do Exército (HCE), onde Chael, segundo o atestado de óbito, morreu devido a “contusão abdominal

¹⁷ O quadro em que se insere o assassinato de Marighella recebeu discussões biográficas e acadêmicas recentes. A prisão dos freis dominicanos que com ele iriam se encontrar, na noite do dia 4/11/1969, levou para as dependências do DEOPS mais de cem militantes da ALN. Os debates acerca do que realmente ocorreu ainda estão presentes, para tal, ver: GORENDER (1998); GORENDER, J. "Marighella, o indômito". (In. FREIRE, ALMADA, e PONCE; 1997); FREI BETTO. *Batismo de sangue*. São Paulo, Círculo do Livro; 1982; e FREI BETTO. *Batismo de sangue. A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. São Paulo, Casa Amarela, 2000.

¹⁸ Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, fundada em julho de 1969, teve 17 militantes e dirigentes mortos. Seu maior feito foi o roubo do cofre de Adhemar de Barros.

[...] e hemorragia interna”. Segundo o depoimento do jornalista Carlos Brickmann, primo de Chael, “foi graças a este atestado, fornecido pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janini, [um dos três médicos que o assinaram], que nos foi possível concluir que houve morte por tortura.¹⁹

Mais de trinta anos depois, o jornalista Élio Gaspari publicou uma nota em sua coluna dominical, onde esmiúça que²⁰

“A decisão do Conselho Regional de Medicina do Rio de cassar a licença do legista Pedro Macuco Janini tem algo de trágico. Ficou provado que em 1973 ele assinou um laudo que ajudou a encobrir o assassinato de Luiz Guilhardini, um dirigente do PC do B. De acordo com os critérios legais, provada a falsidade do laudo, não haveria outro desfecho possível. A tragédia está no fato de que, quatro anos antes, Macuco Janini assinou o mais corajoso laudo de necropsia dos 20 anos de ditadura. Como legista do Hospital Central do Exército, emitiu um relato do que aconteceu ao estudante de medicina Chael Charles Schreier, militante na VPR (sic) assassinado na Polícia do Exército. Admitindo-se que o uso do plural na descrição dos ferimentos tenha significado apenas duas marcas de pancada, o laudo listou 53 sinais de violência. Chael tinha o intestino e dez costelas rompidas. Mataram-no a chutes. O laudo de sua necropsia é um manifesto contra a tortura que o rapaz sofrera. Se isso fosse pouco, informava: As polpas digitais têm substância tintorial preta. (Chael morrera depois de ser preso e identificado). O atestado de óbito, mais sucinto, revelou que ele morrera por conta de uma hemorragia interna provocada pelo rompimento do intestino. Esse documento, descoberto pelo repórter Marcos Sá Corrêa, amparou a memorável capa da "Veja" sobre a tortura. Chael era, comprovadamente, o primeiro brasileiro assassinado a pancadas dentro de um quartel do Exército. Janini não esteve sozinho no clamor do laudo. Com ele assinavam o major Osvaldo Caymmi Ferreira e o capitão Guilherme Achilles de Faria Melo. Acima deles estivera o diretor do HCE, general Galeno da Penha Franco. Quando um major do Centro de Informações do Exército chegou ao hospital com o cadáver, para que o internassem como vivo, não só se recusou a montar a farsa como exigiu que o corpo fosse para o necrotério. Poucos foram os atos de coragem de servidores civis e militares comparáveis ao desses homens. Eles gritaram em vão. "Veja" foi submetida a censura prévia e o assunto foi silenciado. A partir daí, o porão sinalizou sua invulnerabilidade. Na hora em que Macuco Janini recebe de seus pares a mesma punição imposta ao médico Harry Shibata, sócio-atleta do DOI de São Paulo, é certo que se está cumprindo o regulamento, mas é

¹⁹ Entrevista de Carlos Brickman à autora em 21/4/1999.

²⁰ Jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, em 27/9/2000, “A cassação do legista é uma tragédia”.

inegável que fica um gosto ruim na boca. Como nas tragédias em que os dois lados têm razão, o que há de terrível na condenação de Janini é que foram muitos aqueles que fizeram o que a ditadura mandou, mas foram poucos os que tiveram a coragem de fazer o que ele e os outros três médicos militares fizeram. Esse registro ninguém lhes cassa”.²¹

Chael, que morreu com 23 anos, foi uma forte liderança no movimento estudantil e após o AI-5 *caiu* na clandestinidade realizando trabalhos junto às bases operárias e na redação do jornal clandestino *Luta Operária*. Infelizmente, contudo, os fatos não ocorreram como a versão oficial fez questão de relatar. Há sempre nesses casos pelo menos duas versões.

Seu enterro, no cemitério israelita do Butantã, foi cercado pelo Exército. Os parentes fizeram questão de cumprir os ritos judaicos da lavagem do corpo e persuadiram o Exército a deslacrar o caixão de metal onde Chael estava. O jornalista Bernardo Kucinski, amigo da família, relatou o episódio em uma matéria da revista *Veja*. O primo de Chael, Jaime Schreier, que participou da lavagem do corpo definiu com uma frase a brutalidade sofrida: “ele apanhou como um cavalo!”. Assim, há uma longa e cruel distância entre a versão oficial e o que realmente aconteceu.

²¹ Na coluna da semana seguinte, de 24/9/2000, Gaspari se retratou e escreveu: “A cassação do legista não é uma tragédia”: Vai aqui a correção de um erro e um pedido de desculpas aos leitores. Na semana passada, sob o título de “A cassação do legista é uma tragédia” foi contado o caso do médico Pedro Macuco Janini. Ele acabara de ter o seu registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, que o entendeu culpado de ter assinado uma necropsia que encobria as torturas sofridas por um dirigente do PC do B em 1973, durante a ditadura. O texto aqui publicado classificava essa condenação de ‘tragédia’ e dizia que ela deixava ‘um gosto ruim na boca’. Isso porque, em 1969, Macuco Janini assinara, com dois oficiais-médicos do Exército, o laudo da necropsia do estudante de medicina Chael Charles Schreier. Nele registrara a existência de 53 marcas de pancada, o rompimento do intestino e a fratura de dez costelas. No entendimento deste signatário, o doutor Janini assinara um laudo que significava um grito de denúncia. Chael, militante da VPR (sic), fora assassinado a chutes depois de uma noite de torturas na Polícia do Exército. Essa atitude, tomada em 1969, não deveria ser esquecida. **No que se refere ao legista Macuco Janini, a afirmação foi falsa. Depondo no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, em outubro do ano passado, ele disse o seguinte: “Não tem e não teve como afirmar que a causa da ação contundente descrita era tortura”. Disse e repete para quem quiser ouvir. Passados 31 anos, conhecem-se os depoimentos de seus colegas de suplício. Conhecem-se também os nomes dos oficiais e soldados que estavam de plantão na PE na noite do assassinato de Chael. Conhece-se até mesmo a manobra que o CIE fez para abafar o caso (contada por um coronel do CIE). Portanto nem em 1969, nem 31 anos depois, Janini é capaz de afirmar que as marcas do massacre daquele jovem que ele tirou do gavetão eram produto de uma sessão de tortura. Janini é a única pessoa que, no ano 2000, sustenta que não tem como dizer que Chael foi torturado. Desgraça foi seu serviço e tragédia sua cassação não é”** (grifos meus).

Na verdade, o que ocorreu, e esse relato foi dado pelos dois outros companheiros que sobreviveram, os três militantes foram presos no dia 21 de novembro no subúrbio do Lins, no Rio. Levados para o Quartel da Polícia do Exército, Chael foi brutalmente torturado pelo capitão Guimarães – que depois se tornou um grande banqueiro de bicho e envolvido com grupos de extermínio. A família de Chael sofreu uma forte torturada psicológica. Único filho, seus pais vieram para o Rio e aguardavam uma visita prometida para o dia 25. Enquanto promessas eram feitas, o filho já estava morto desde o dia 22. No corpo de Chael existiam muitas marcas de bala, algumas marcas de tiros de raspão, que cortaram e cauterizaram a pele.

Contraopondo-se ao atestado de óbito assinado pelos três médicos legistas depois de necropsia realizada no HCE, no Rio, o governo divulgou uma nota de que Chael havia falecido devido a um ataque cardíaco. As marcas no seu corpo demonstraram que ele seria o primeiro caso comprovado de um militante político levado para depoimento que morreu sob tortura.

As dores daquelas sessões de tortura eram tão grandes que Maria Auxiliadora Lara Barcelos, presa com Chael e obrigada por policiais a manter contatos sexuais com ele, jamais se recuperou. Banida do Brasil para o Chile, em janeiro de 1971, na troca de presos políticos pelo embaixador suíço, se suicidou, em 1974, aos 29 anos, jogando-se sob os trilhos do Metrô de Berlim às vésperas de completar seu curso de medicina.

A partir desse quadro, é importante a reflexão do militante e historiador Jacob Gorender, que se recorda que

“a passagem de ano de 1970 chegou longe de ser tranqüila para a maioria das organizações da esquerda brasileira. [...] Permaneci em São Paulo, onde o pequeno núcleo do PCBR crescia modestamente. A morte de Marighella me convenceu em definitivo de que as organizações da esquerda armada sofriam terrível sangria e deveriam cessar os assaltos e atentados, se quisessem evitar o desastre total” (GORENDER; 1998; p. 201).

Em 1970 mais três diplomatas foram seqüestrados: o cônsul japonês em São Paulo, e os embaixadores alemão e suíço, no Rio. Em um total de 134 presos políticos saíram do país nesses quatro atos – 15 no americano, 9 no japonês, 40 no alemão e 70 no suíço. São 364 o total de militantes de esquerda mortos em torturas, emboscadas e batidas policiais; 136 desses são desaparecidos políticos – seus corpos jamais foram encontrados –; outros tantos cumpriram penas nos presídios, como o feminino Talavera Bruce, em Bangu, no Rio; ou o Tiradentes, o Barro Branco, o Presídio do Hipódromo, e a Penitenciária Feminina em São Paulo, etc., até a Anistia em 1979.

Para se redesenhar o quadro em que a morte de Chael se inscreve, é relevante a reflexão de Kucinski em sua matéria da *Veja*, quando do enterro do militante. No número anterior a esse, o 65, de 3/12/1969, a capa da revista, em letras garrafas, diz: “O PRESIDENTE NÃO ADMITE TORTURAS”. Declarações de juristas e do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, garantem que o “terceiro governo da Revolução” vem para a construção e não para reprimir... A *Veja* seguinte, de 10/12/1969, tem uma imagem medieval das câmaras de tortura e um dossiê confuso de oito páginas.²² No meio delas, uma foto de Chael e o título “As histórias e suas provas”.

Uma citação dos “Salmos de Davi” inicia o texto e diz: “muitas são as penas dos que trocam o Senhor por outros deuses”. Kucinski lembra que

“nos enterros não se julgam os mortos. (...) No enterro de Chael, onde as pessoas não se falavam e mesmo amigos íntimos evitavam os cumprimentos e procuravam não estar juntos, não se julgava o caminho de Chael. (...) Estavam em julgamento certas formas de aplicação da justiça brasileira e métodos

²² A publicação na imprensa da existência de tortura política no Brasil no pós 1964 causaria muitos remanejamentos no setor. Seguindo a trilha aberta pelo jornalista Hélio Fernandes, no jornal *Tribuna da Imprensa*, a revista *Veja* de 10/12/1969 apresentou um grande dossiê acerca do tema. Em consequência disso, a revista foi obrigada a reformular-se. O jornalista Raimundo Pereira foi transferido para a seção de Variedades, para não ser demitido, e Élio Gaspari tomou o seu lugar, na editoria de Política. Semanas depois, a revista precisou publicar uma matéria sobre senador da ARENA, Filinto Müller no seu jardim, para amenizar suas relações com o governo. Esse fato me foi narrado, em entrevista, por Mino Carta (16/12/1998) e por Ítalo Tronca (3/5/2000), ambos na *Veja* naquele momento.

empregados para combater o terrorismo. As circunstâncias estranhas de sua morte levavam a crer que o caso Chael era a primeira prova real de morte violenta durante um interrogatório policial.

(...) Quando a primeira notícia da prisão de Chael foi publicada pelos jornais cariocas, na edição de domingo, ele já estava morto. Mas os jornais o davam como vivo, contavam detalhadamente a prisão, a resistência até o último tiro e não falavam em qualquer ferimento leve ou grave. Ao contrário: segundo o ‘Jornal do Brasil’, os terroristas procuravam enganar a polícia fornecendo pistas falsas. (...) Nesse dia, domingo, os pais de Chael recebem um telefonema de um parente no Rio. (...) Começam então suas longas manobras para ver o filho, que não sabem, já está morto. (...) Os jornais continuam dando detalhes da prisão e ‘O Globo’ informa que os três estão presos na Polícia do Exército, na Vila Militar. Na terça, mais notícias nos jornais. (...) Os contatos entre os pais de Chael e seu amigo militar continuam até esse dia, e à tarde, são informados de que Chael está morto e o corpo pode ser reconhecido e retirado no Instituto Médico Legal.

(...) O papel desempenhado pela imprensa carioca no caso Chael é outro mistério de difícil compreensão. De quem recebiam os repórteres as informações sobre o comportamento de um vivo que já estava morto? Por que só na quinta-feira, um dia depois da transferência do cadáver [para SP], foram publicadas notas sobre a sua morte ocorrida no sábado anterior? E por que nessa quinta-feira, pela primeira vez, o ‘Jornal do Brasil’ fala que Chael teria chegado à polícia, na noite da prisão, com a camisa manchada de sangue? Há apenas uma hipótese sobre a origem de notícias sobre presos incomunicáveis: vêm da própria polícia”.

Segundo Kucinski, no caso Chael a imprensa foi refém dos informes policiais. Essa prática, infelizmente, não cessou aí. Muito pelo contrário. Preso ao jargão policial, a grande imprensa nacional os condenou aos termos: “terrorista” e “subversivo”. Por diversas vezes a imprensa publicou a morte de militantes narrando a versão oficial, liberada pelos órgãos repressivos. Em cartazes espalhados por todo o país foram vistas as fotos dos “terroristas procurados”. Neles estava escrito: “Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise à polícia”. A prima de Chael, Shirley, lembra da dor e da vergonha dos pais ao verem a foto de seu filho ali (Entrevista concedida à autora em 2/5/2000).

Nas reflexões do jornalista João Batista de Abreu, há uma interessante análise acerca do vocabulário que permeou a imprensa brasileira no pós-1964.²³ Unindo uma terminologia polícial à questões da militância política, os guerrilheiros da luta armada tornaram-se “elementos”, tal qual qualquer *meliante* que assalta um banco ou rouba um carro. No decorrer do processo, ser “subversivo” era toda e qualquer pessoa que se opunha ao golpe. A partir das imagens de Che Guevara, o militante era também um “guerrilheiro”, mas em um tom negativo ao termo. Não o que luta, mas o que se opõe. Influenciado pelas ações de guerrilha urbana na Europa, América e Oriente Médio, que para o noticiário da época geravam terror e caos, o militante também passou a ser “terrorista”. Por isso, a expressão de caça e o pedido de colaboração nos cartazes de “procurados políticos”.

Buscando a gênese para o termo, Abreu entrevistou jornalistas. Para Alberto Dines, editor-geral do *Jornal do Brasil*, teria sido o governo que recomendou o termo “terrorista” a partir do AI-5. Já para José Silveira, secretário de redação do mesmo jornal, essa foi uma invenção do próprio periódico. Mas como demonstra Abreu, foi o jornal carioca *O Globo*, que em 1966 pela primeira vez usou o termo, sem nenhum pedido das autoridades. Na manchete da primeira página do dia 26/7/1966, lê-se: “Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva”.

Em uma reflexão recente, o professor Daniel Aarão Reis, ele mesmo um ex-militante do MR-8 e participante do seqüestro do embaixador americano, e hoje titular de História Contemporânea da UFF, analisa que a Anistia em 1979 foi vista como a luz no fim do túnel.

“A sociedade brasileira pôde repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e reconfortando-se na idéia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes

²³ ABREU, João Batista de. 2000. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil, 1965-1979*. RJ, MAUAD/EdUFF.

históricas. (...) Em tudo isto sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura. [Então], como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada? Ou que tenha sido aprovada uma anistia recíproca?”(REIS, Daniel Aarão. 2000. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. p. 10).

Mas o que certamente o jornalista Bernardo Kucinski não poderia prever, enquanto reportava o enterro de Chael, é que seria ele que cinco anos depois, em abril de 1974, no início do governo Geisel – que prometia o fim do terror – teria que regressar as pressas de Londres em busca de sua irmã, a professora de química da USP, Ana Rosa Kucinski Silva. Ana Rosa e seu marido, Wilson Silva, eram militantes da ALN. O corpo de Ana Rosa jamais apareceu. Sua última notícia foi a de que seu marido a iria encontrá-la na Praça da República, em SP, e a partir dessa data nunca mais foram vistos. Em dezembro daquele mesmo ano, o general Golbery do Couto e Silva – chefe do gabinete civil do governo Geisel – reconheceu que Ana Rosa estava presa em uma instituição da Aeronáutica. Por intermédio do cardeal Arns, famílias de desaparecidos se encontraram com o general Golbery. Dias depois o ministro da Justiça, Armando Falcão, noticiava que Ana Rosa era considerada uma “terrorista foragida”. Provavelmente Ana Rosa e seu marido foram levados para a “casa da morte” em Petrópolis, estado do Rio, e lá assassinados.

III. O MAIS UM PRA SE CONTAR

Dois anos antes de Ana Rosa sumir, dois outros militantes judeus ligados à ALN também faleceram. Na morte deles, poderemos entender porque aqui são dez histórias mais uma para contar. Não seguindo uma ordem cronológica dos fatos, no dia 14/7/1972, uma nota oficial divulgava que houve um violento tiroteio em uma churrascaria do bairro da Mooca, em São Paulo. Após reagir a voz de prisão, três militantes foram mortos e entre eles se encontrava Ana Maria Nacinovic Correia. A pergunta recorrente nesse episódio é: se foram mortos em um tiroteio, por que seus corpos chegaram daquele modo ao IML?

Na versão oficial, Ana Maria chegou nua, vindo direto do local do tiroteio para o IML três horas depois do ocorrido. Por que a despiram? Por que não houve perícia no local? Porque entre o tiroteio na churrascaria e a sua entrada, morta no IML, Ana Maria passou pelo DOI-Codi da rua Tutóia. Se já se sabiam quem eles eram, se já estavam mortos, por que levá-los para esse centro do terror e por que despi-la? Porque as pessoas ficavam nuas para serem torturadas. Por isso seu corpo só pôde ser retirado do IML em caixão lacrado.

Ana Maria era uma carioca, cujo pai era judeu e a mãe não. Não teve uma educação judaica e casou, aos 16 anos com o policial Albernaz Correia, cujo pai era Antônio Jorge Correia, secretário-geral do Exército no governo do general Médici. Ao começar o curso de Belas Artes, ingressou nas atividades da militância de esquerda, se separando do marido, que jurou persegui-la até a morte. Fazendo parte dos quadros da ALN no Rio, teve uma intensa relação com Carlos Eduardo Fayal.²⁴ A trajetória de separação do casal, já que o rapaz foi baleado em um tiroteio e preso, levou Ana Maria para São Paulo.

Fayal deixou o país em direção à Argélia na troca dos 40 pelo embaixador alemão. Ana viveu outra curta e intensa história de amor com Carlos Eugênio Sarmiento Paz, que

²⁴ Carlos Eduardo era filho de Charley Fayal, odontologista e diretor da Faculdade de Odontologia da UERJ a partir de 1971 e por nove anos, que faleceu em 2/9/2000. Nomeado pelo governador Leonel Brizola (PDT), Charley foi reitor da UERJ, em 1983. Consta que ferido, Carlos Eduardo procurou familiares para ajudá-lo. Esses teriam ligado para o seu pai, que trouxe a polícia para prender o próprio filho.

recentemente expôs as dores da militância armada em dois livros autobiográficos. Ana Maria morreu pouco tempo depois, aos 25 anos, e Carlos Eugênio faz questão de delinear a como magnética e fascinante, que aos vinte e poucos anos era a pura busca por ideais e paixões. Eles estreitam a relação quando Ana se transfere para São Paulo. Para Carlos Eugênio essa é a cidade ideal para se viver clandestino, diferente do Rio, preso entre o mar e as montanhas, lá as inúmeras ruelas e bairros que margeiam outros tantos permitiam a fuga e o esconderijo.

Como a maioria das relações pessoais naquele período, a de Ana e Fayal ou a de Ana e Carlos Eugênio foram cortadas pelas *quedas*, prisões e mortes. Tudo muito inacabado, tudo para um depois que não houve... Em outubro de 1973, apesar de sua morte oficialmente decretada, Ana Maria foi condenada a sua revelia a 12 anos de prisão.

O médico legista que assinou o atestado de óbito de Ana Maria e não declarou dois tiros levados por ela, também assinou o de outro membro da ALN, o estudante paulista de medicina Gelson Reicher. No programa *Globo Repórter* de 1995, o jornalista Caco Barcelos fez uma longa reportagem sobre as ossadas do cemitério de Perus, em São Paulo.²⁵ Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em 4/9/1991, na Câmara Municipal de São Paulo buscava identificar os corpos de desaparecidos políticos ali enterrados. No programa da TV, foram entrevistados familiares que conseguiram resgatar os corpos de seus parentes.

Gelson Reicher morreu com 22 anos em janeiro de 1972 com um companheiro de militância, Alex de Paula Xavier Pereira. O irmão de Alex, Iuri, foi assassinado na mesma emboscada que Ana Nacinovic, seis meses depois. As famílias de Gelson e Alex acreditavam que eles tinham sido fuzilados por policiais da equipe B do DOI-Codi de São Paulo que perseguiram o carro dos militantes pela avenida República do Líbano. Gelson *caiu* porque um companheiro de militância *abriu*, sob tortura, o *aparelho* e o *ponto*.

²⁵ BARCELLOS, Caco. “O Globo Repórter sobre a vala de Perus”. In. TELES, Janaina (org.). 2000. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo, Humanitas/FFLCH, 2000.

No laudo da necropsia de Gelson, tem-se a assinatura do médico-legista Isaac Abramovitch. A família de Gelson narrou que recebeu um telefonema anônimo, provavelmente de Abramovitch, notificando a morte do filho e a transferência do corpo, com nome falso, para o cemitério de Perus. O laudo apresenta erros grosseiros e demonstra a estratégia de criar uma história que não a verdadeira. Provavelmente Gelson e seu amigo foram capturados e torturados até a morte na Oban. O pai de Gelson conseguiu retirar o corpo do filho de Perus e enterrá-lo no cemitério israelita, já os corpos de Alex e Iuri ficam em Perus até 1980. Muitas outras ossadas continuam sem identificação até hoje.²⁶

O médico-legista Isaac Abramovitch, que assinou o laudo de Gelson, era vizinho dele. Encontravam-se diariamente para combinar qual dos carros ficaria na frente da garagem comum. Apesar disso, Abramovitch formulou outra leitura as causas da morte, e atestou o nome falso de *Emiliano Sessa* para Gelson. Ao depor na CPI sobre a vala de Perus, Abramovitch

“mostrou que havia um compromisso assumido de colaborar com os órgãos de repressão política sem nenhuma restrição. E fez forte defesa do regime vigente, ao afirmar que a violência havia sido provocada pelos opositores e que, portanto a resposta era à altura.

Vários depoimentos mostram que o envio, necropsia e liberação de corpos obedecia a um ritual próprio, envolvendo geralmente as mesmas pessoas. O que ocorria nas necrópsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém. Mas com elas desapareciam grande possibilidade de identificação futura dos corpos autopsiados.

O corpo do militante Gelson Reicher, por exemplo, enviado com nome falso pelos órgãos de repressão, tinha o nome verdadeiro escrito a mão na requisição de exame”(Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964; pp. 150).

²⁶ Nove anos depois da abertura da CPI de Perus, muito pouco foi concluído. Nessa data de “aniversário”, o sociólogo da UNICAMP, Marcelo Ridenti, publicou no jornal carioca *O Globo*, de 4/9/2000, uma reflexão sob o título de “Quem tem medo das ossadas?”.

A trajetória de outra militante se cruza a de Abramovitch. Por algum tempo Iara Iavelberg, a mulher de Carlos Lamarca – o capitão do Exército brasileiro que desertou levando armas do quartel de Quitaúna –, foi cunhada do médico-legista. Na biografia de Iara, escrita pela jornalista Judith Patarra, sabe-se que muito jovem, aos 16 anos, Iara se casou com o médico Samuel Haberkorn. A irmã do seu primeiro marido era casada com Abramovitch.²⁷

Assim, a narrativa de Patarra sobre Iara traz as cores e as sombras da geração de 1968 no Brasil. Uma figura emblemática, um mito e um misto de liberdade e busca, tão característico das figuras do período. Para todas as mortes de militantes, há sempre duas versões, para a de Iara não seria diferente. Teria ela se suicidado ou não quando foi cercada pela polícia em um apartamento em Salvador?

O percurso de Iara pelas organizações das esquerdas armadas revela um perfil de semelhanças no período. Dois dos seus três irmãos, Raul e Samuel, também tomam a mesma direção, o engajamento na luta, mas se exilam. No livro de Patarra um fato interessante é a reconstituição dos laços dessa geração. Perceber como se davam os enlaces entre os Iavelberg, os Schreier e os Reicher. Compreender o que os levou as opções de luta armada, de onde vieram, que perfil tinham. Mas também as outras relações desse grupo para fora do universo dos amigos judeus. Toda essa gama de “afinidades eletivas”²⁸ que formam gerações, grupos e espaços de sociabilidade.

²⁷ PATARRA, Judith Liebllich. *Iara: reportagem biográfica*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.

²⁸ A reflexão sobre esse conceito baseia-se na definição de Michael Löwy (*Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. pp. 13-18). O autor o define como:

“um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais e culturais, não redutível à determinação causal direta ou à ‘influência’ no sentido tradicional. Trata-se, a partir de certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão. [...] Essa força é a afinidade, determinando a combinação dos corpos heterogêneos numa união que é uma espécie de casamento, de *enlace químico*, que procede antes do amor que do ódio. [...] ‘Muitos dão o nome de *afinidade* ao que chamamos *atração*’. [...] Afinidade é um caso particular de atração, [...] ‘formam um ser que tem propriedades novas e distintas daquelas que pertencem a cada um desses corpos antes da combinação’. [...] A afinidade eletiva não é a afinidade *ideológica* inerente às diversas variantes de uma mesma corrente social e cultural. [...] A afinidade eletiva também não é sinônimo de ‘influência’, na medida em que implica uma relação bem mais ativa e uma articulação recíproca (podendo chegar à fusão). É um conceito que nos permite justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação ‘expressiva’ entre forma e

Iara militou na Polop e na cisão dessa, formam a VPR., onde conheceu Lamarca e, quando esse se transfere para o MR-8, o segue. Se há uma nuvem de *glamour* que envolve a militância armada até o seqüestro do embaixador americano, há um forte massacre no momento seguinte, entre fins de 1969 e 1972. Os que ficam aqui, como sobreviventes e fora das prisões, têm a opção do exílio. Lamarca não a quis e Iara o acompanhou nas tentativas de resistência rural no Vale do Ribeira e em Brotas de Macaúba, na Bahia.

Na esteira da gana da polícia política pelos líderes do movimento armado, Marighella já havia morrido. Seu sucessor, Joaquim Câmara Ferreira, o *Toledo*, foi assassinado em outubro de 1970. Desses dirigentes mais velhos, faltava capturar Lamarca, que vai *cair* em setembro de 1971. Um mês antes, em 20/8, aos 27 anos, Iara foi localizada e morreu. Ela é mítica, ela é a mulher do ex-capitão do Exército desertor. No desenho de Patarra, ela é a simbiose da liberdade e da angústia. Mas o que teria lhe acontecido nos seus últimos momentos, ainda que revelado, permanece desconhecido.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que julgava os pedidos de familiares quanto à responsabilidade do Estado sobre as mortes de seus entes,²⁹ levantou um dossiê mostrando que o mais provável é que Iara tenha sido morta, já que a experiência vem demonstrando que os casos de suicídio são forjados. Porém., por 4 a 3, a Comissão indeferiu o pedido e declarou que

“não é possível saber o que realmente aconteceu. Os documentos relativos à morte de Iara (sobretudo o laudo necroscópico) não foram entregues à família e à Comissão Especial. A perícia de local foi feita pela própria PF. A direção do Cemitério Israelita negou permissão para a exumação. A versão de suicídio

conteúdo (por exemplo, a forma religiosa como ‘expressão’ de conteúdo político ou social). [...] A afinidade eletiva não se dá no vazio ou na placidez da espiritualidade pura: ela é favorecida (ou desfavorecia) por condições históricas e sociais”.

²⁹ Essa Comissão baseou suas atividades na Lei 9.140. de 4/12/1995, que “estabeleceu as condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como indenizações financeiras a seus familiares” (MIRANDA e TIBÚRCIO; 1999; pp. 13).

ficou abalada pelas declarações relatadas. Por que um amontoado de mentiras? Se tivesse havido suicídio, seria do interesse da PF revelar transparência para dar credibilidade à versão”(MIRANDA e TIBÚRCIO; 1999; pp. 407-8).

Felizmente, contudo, o que realmente aconteceu com Iara busca emergir. Depois de 29 anos, a 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 12/12/2000, decidiu, por três votos a dois, que a família da militante política Iara Yavelberg tem o "legítimo direito de trasladar seus restos mortais" da área reservada aos suicidas do cemitério Israelita do Butantã. Bem perto dessa área dos que “dão a morte a si próprios”, onde está Iara, em um local limítrofe, encontra-se o corpo do jornalista Vladimir Herzog, um dos últimos a morrer nos porões da ditadura.³⁰

O governo Geisel parecia anunciar que os tempos eram outros, aceitando a vitória do MDB nas eleições de novembro de 1974, que fez 335 deputados estaduais, 160 federais e vários senadores. Em São Paulo, o governador escolhido Paulo Egídio (1975/79) nomeara para secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, recém criada, o empresário José Mindlin. E esse escolheu Vlado para diretor de jornalismo da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, única e exclusivamente pela sua experiência na BBC de Londres, que o fazia o melhor candidato. Como era de praxe, os nomes deveriam passar pelo crivo do SNI, que aprovou a escolha (Entrevista concedida à autora em 6/11/1999).

O jornalista vinha da revista *Visão* e era acusado de pertencer a uma célula de jornalistas do PC. A partir de sua contratação e as alterações no conteúdo jornalístico da emissora, travou-se uma intensa campanha na imprensa e na TV contra ele. O jornalista Cláudio Marques, que encabeçou essas ações, acusou a TV estatal de pró-Vietnã, e o secretário Mindlin de “secretário cor de rosa”, ou como o Dr. José explicou, “um cripo-comunista”.

Alguns jornalistas amigos de Vlado estavam sendo presos no começo de outubro de 1975, como Fabio Konder Comparato e Paulo Markun. No dia 24 de outubro, agentes do DEOPS foram à casa de Herzog intimá-lo. No dia seguinte, Vlado se apresentou espontaneamente à rua Tutóia e faleceu horas depois. O jornalista Cláudio Marques estampou na sua coluna do dia 26/10/1975;

“há certas horas em que a gente, com o mais puro sentimento de coleguismo, fica preocupada com os novos hóspedes do Tutóia Hilton” (JORDÃO; 1984; p.180).

A morte de Vlado catalisou a grande imprensa. A foto do estranho enforcamento tornou-se um símbolo. O jornalista Mino Carta, diretor de Redação da revista *Veja* escreveu um parágrafo no editorial de 5/11/1975, sob o título de “garantia da tranqüilidade”, e resumiu o momento

“Algum tempo talvez tenha de passar antes que se possa meditar e analisar o exato significado da visita do presidente Ernesto Geisel a SP. Em todo caso, desde já são evidentes a honradez, a integridade, o alto sentido de responsabilidade do presidente da República, tanto quanto a serenidade e as inextinguíveis esperanças da população de SP e toda a nação brasileira. Na impossibilidade de apresentar um quadro menos genérico, VEJA declara o débito de uma contribuição mais explícita a essa serenidade e a essa fé, que confia poder saldar tão logo lhe seja possível”.

O débito que *Veja* se auto-credita era o do silêncio. Acusado de suicídio, a morte de Vlado expunha que o projeto de distensão lenta de Geisel encontrava resistências.³¹ Uma semana depois, São Paulo assistiu à missa na Catedral da Sé como um ato de protesto. Contudo, mais um

³⁰ A área delimitada para os suicidas do Cemitério Israelita do Butantã localiza-se no setor **G** entre as quadras 25 e 28. Iara estava no G/quadra 26/lápide 57 e Herzog no G/28/64.

³¹ Sobre o tema, ver:

❖ MARKUN, Paulo (org.). *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo, Brasiliense, 1985

❖ JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo, Global, 1979

operário morreria nas dependências do IIº Exército, até que o general Ednardo D'Ávila, seu comandante, fosse exonerado. Na seqüência, o golpista Sylvio Frota, ministro do Exército também caiu. Mas a máquina de tortura ainda está muito quente. Homens treinados há muito, não conseguiam parar.

Em dezembro de 1976, militantes do PC do B vão morrer na Chacina da Lapa, em SP. Entre 1980 e 1981, 100 atentados assolam o país, como as bombas em bancas de jornais, no Rio, e a carta-bomba que matou a secretária da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Por fim, foi a bomba que explodiu no colo de um sargento e, assim, dentro do governo do general Figueiredo, nas comemorações do 1º de maio de 1981, no Riocentro, que sinalizou o freio que a direita armada deveria receber.³²

IV. FIGURAS FEMININAS E DELATORES

Há imagens, nesse período, de personagens emblemáticos tanto femininos como masculinos, de ambos os lados. Se Iara era uma musa em São Paulo, Vera Silvia de Araújo Magalhães era um mito no Rio. Militante do MR-8, participante do seqüestro do embaixador americano, uma mulher de padrões muito diferentes e ousados para aqueles tempos. A imagem mais famosa dela é a moça na cadeira de rodas, uma dentre os 40 trocados pelo embaixador alemão. Foram muitos os amores de Vera, mas sua recorrência é lembrar-se de José Roberto Spiegner.

³² ARGOLO, José A., RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. 1996. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad.

Beto *caiu*, em 17/2/1970, nas ações de caças pós setembro de 1969. Aos 21 anos, a morte do estudante de economia carioca só foi completamente conhecida após a abertura dos arquivos do DOPS, no Rio. Brincalhão, dizia aos amigos de militância que não suportaria a tortura, entregaria a todos. Mas não foi isso que aconteceu. Ferido a bala na coxa, foi torturado do meio-dia às 5 da tarde sem nada dizer. Executado, foi armado um cenário para sua morte, um pequeno apartamento na rua Taylor, bairro da Lapa no Rio. Foi Vera que avisou a família da *queda* de Beto. O cunhado médico o localizou no IML um dia depois. Vera foi presa na sequência.

A geração de Beto incluía a maioria dos participantes do seqüestro do embaixador americano. Dividiu um *aparelho* com Vera e o artista plástico Carlos Zílio. Em 1996, Zílio expôs no MAM, do Rio, sua arte e política entre 1966 e 1976. Escapou do cerco policial que prendeu e matou Beto, mas um mês depois foi preso, ficando encarcerado até julho de 1972. Ao sair, a maioria dos seus amigos ou estavam mortos, ou presos, ou no exílio. No catálogo da exposição a dedicatória é para José Roberto Spiegner e diz:

“fico espantado em pensar como tão jovens tínhamos a certeza de poder mudar o mundo e modelar a história. As mortes e o sofrimento me comovem. Experimentamos a dura realidade da derrota.
[...] Gostaria de dedicar esta exposição a todos que morreram nesta luta, alguns, inclusive, de maneira bastante cruel. Mas queria homenagear, sobretudo, José Roberto Spiegner. Foi meu primeiro amigo a morrer [...] De certo modo, devo-lhe a vida”.

Quando se estuda a luta armada, um conceito é recorrente: o da sobrevivência. Os que ficaram para contar se auto-intitulam “sobreviventes”. Essas dez histórias são dos que não conseguiram chegar a esse patamar, tombaram antes. Para Daniel Aarão Reis,

“foi exatamente nessas circunstâncias, sem válvulas de escape, que alguns grupos de esquerda — desesperados e desesperançosos — se lançaram à luta armada. Constituídos fundamentalmente por jovens estudantes, audaciosos, mas inexperientes, foram destroçados em uma luta desigual contra os aparelhos da repressão. Bravos jovens! Radicais, equivocados, mas generosos! A rigor, a ditadura, sempre segundo essas versões, fora a grande responsável pela luta armada, redimensionada como uma reação desesperada à falta de alternativas”(REIS, 2000. p. 8).

A partir de 1972, a história fica mais cruel. Encurralados, capturados, presos ou mortos, poucas são as lideranças ainda vivas ou fora dos cárceres. O corajoso Antônio Carlos Bicalho Lana, o *Bruno*, vai *cair* em novembro de 1973. Muitas táticas foram usadas para quebrar as organizações das esquerdas armadas por dentro. *Arrependimentos públicos* na TV, agentes infiltrados, delações.

José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo foi um paradigma dessa crueldade. Agente duplo, depois de desertar da Marinha brasileira em 1964, ao ser perseguido e cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), e fazer treinamento de guerrilha em Cuba, foi militante da VPR. Preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DEOPS/SP, em maio de 1971, passou a atuar como um agente infiltrado. São onze o número de mortos delatados por ele.³³

Entre esses mortos, encontra-se o episódio de janeiro de 1973, quando um grupo de militantes de esquerda chefiados por Anselmo estava no Recife. Faziam parte desse grupo Soledad – sua mulher e grávida de um filho seu –, e Pauline Philippe Reichstul, uma judia suíça de 25 anos, irmã de Henry Philippe Reichstul. Pauline possuía ligações com a Anistia Internacional e era mulher de Eudaldo Gomes da Silva, também pertencente a esse núcleo.

Membros da VPR desconfiavam da ação dupla de Anselmo e tentaram avisar Pauline, que se encontrava na Europa em fins de 1972, que não fosse para as bases da organização no

Nordeste. O aviso não chegou a tempo. Existem duas versões para o que ocorreu. A primeira narra que Anselmo forneceu ao delegado Fleury a direção do lugar e deu o sinal para que a equipe da polícia política paulista entrasse no apartamento e matasse 4 homens e duas mulheres. A segunda, mais provável, credita também ao cabo a prisão dos militantes, que foram levados para um sítio no município de Paulista e lá assassinados sob torturas. Alguns outros militantes envolvidos com o grupo, como José Manuel da Silva, foram presos em outras cidades e levados para lá.

Na sua coluna do jornal carioca *O Globo*, de 21/11/1999, Élio Gaspari comentou o segundo livro de memórias com depoimentos do cabo Anselmo. O primeiro é de 1984, para o repórter Octávio Ribeiro (*Por que eu trai?*), e o segundo para Percival de Souza. Gaspari chama atenção para duas alterações feitas por Anselmo. Antes havia confessado que se ofereceu à polícia, integrando-se no Museu do Ipiranga. Na nova versão diz que foi preso e torturado, o que antes havia negado.

A segunda alteração no seu depoimento, o trabalho da Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos, publicada no livro *Dos felizes e solo*, demonstra ser mentirosa. Ao narrar o último serviço que prestou à polícia, que resultou no assassinato de seis militantes da VPR, em Recife, em janeiro de 1973, alterou os fatos. Em 1984, narrou que, desmascarado, avisou a polícia. Esperou a hora em que ficou sozinho no apartamento e foi embora. No depoimento mais recente, Anselmo informa que seus companheiros de militância, na verdade suas vítimas, caíram numa emboscada depois de terem decidido executá-lo, seguindo uma ordem vinda de Cuba.

Na nova história, os seis militantes supunham dirigir-se para a chácara onde o matariam, quando foram surpreendidos e mortos. Na versão narrada pela Comissão de Mortos e

³³ Uma biografia do cabo Anselmo foi elaborada pelo jornalista Percival de Souza a partir dos depoimentos do biografado (*Eu, cabo Anselmo*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1999).

Desaparecidos, as seis pessoas assassinadas na chácara foram presas entre dia 7 de janeiro e amanhã no dia 8 em quatro lugares diferentes. Anselmo afirma que os militantes dispararam 18 tiros contra a polícia, e erraram todos. Em contrapartida, receberam 26 balas, 14 delas na cabeça.

Ironicamente Gaspari sublinha que se "o cabo tivesse contado mentiras desse tamanho aos policiais que o capturaram, a lista dos mortos da ditadura teria mais um nome". O sarcasmo do jornalista continua ao comentar a nova versão que Anselmo dá para a sua vida. Pelas posições de esquerda, foi expulso da Marinha, por ter traído seus companheiros de militância, é um zumbi de quase 60 anos. Com a ganância movida pelas indenizações pagas as pessoas que processaram o Estado por tê-las prejudicado durante a ditadura, Anselmo, quer o dinheiro. Mas como sublinha matéria, "uma coisa é o julgamento que se faz de suas escolhas. Outra o seu direito. Se Anselmo tivesse sido assassinado, sua família teria direito a uma indenização. Está anistiado, tanto como terrorista quanto como cúmplice de assassinatos. Não há lei que veda aos traidores o acesso ao seu direito. É provável que ele tenha razão".

V. O FIM, A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Nas reflexões das esquerdas armadas, a guerrilha urbana seria uma preparação para a atuação no campo. Ironicamente, foi apenas o PC do B, que não esteve envolvido com as ações nas cidades que conseguiu efetivamente fazer essa ação rural. E certamente foi por ter se poupado das tentativas urbanas e, assim, não receber uma represália dos órgãos de repressão, que esse pode sustentar a Guerrilha do Araguaia.

O PC do B, a partir de 1967, deslocou para à margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, 69 militantes. Nessa primeira leva estavam homens treinados na China, como André

Grabois. No comando geral da operação, seu pai, Maurício Grabois. A fase de preparação da guerrilha durou 6 anos, e seu cerco pelo Exército, outros 2 anos.

Concomitante às ações da repressão do Estado nas cidades, entre abril de 1972 e fins de 1974, se deu a destruição dessa guerrilha. Chega-se assim aos dois últimos personagens dessas dez histórias: Maurício e seu filho, André Grabois.

A luta travada no Araguaia entre os militantes e o Exército é a narrativa de uma chacina, de um genocídio oficial. As mortes ali giram em números imprecisos de 59 a 92 militantes, onde todos são desaparecidos políticos. As ações das Forças Armadas para sufocar a guerrilha duraram três anos e envolveu 10 mil soldados comandados pelos generais Hugo de Abreu, que depois seria chefe da Casa Militar do governo Geisel, e Antônio Bandeira, conhecido torturador, que posteriormente seria o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

A família Grabois, difere dos militantes apresentados até aqui. Maurício, um baiano, foi amigo de Marighella e um dos primeiros a angariar militantes nas Forças Armadas ao PCB. Participou do Levante de 1935, integrando a Aliança Nacional Libertadora; foi perseguido e preso pelo Estado Novo; foi um dos dirigentes do jornal *A classe operária*; e foi um dos 14 deputados do PCB eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte de 1945, perdendo o mandato dois anos depois, quando o partido voltou a clandestinidade.

Em 1962, rompeu com o Partido e fundou o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Clandestino desde 1964 chegou ao Araguaia em 1967, um dos primeiros, e desapareceu em um cerco do Exército em 25/12/1973, aos 61 anos. Seu filho, André, ou o *José Carlos*, seu nome de guerra, morreu dois meses antes, em 14/10/1973, aos 27 anos. Não chegou a conhecer seu filho, João Carlos Grabois, com Criméia de Almeida, que voltou a SP para tê-lo.³⁴

Segundo Gorender,

³⁴ Sobre a Guerrilha do Araguaia, ver também: MOURA, Clóvis (apresentação). *Diário da Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985.

“O governo Médici resolveu também que a guerrilha do Araguaia não deveria produzir efeitos judiciais, precisamente a fim de evitar repercussões públicas. Em consequência, não houve réus acusados de terem pegado em armas no sul do Pará. A acusação judicial contra José Genoíno [capturado no primeiro dia] não inclui qualquer referência à sua participação na guerrilha. Todos os guerrilheiros mortos em combate ou assassinados após a captura sumiram em sepulcros ignorados (...). Em consequência, foi como se a guerrilha não existisse para o povo brasileiro”(Gorender; 1998; p. 239).

Nesse sentido, os dez jovens dessa narrativa estão muito longe de qualquer análise que os vitime. Envolvidos com os pressupostos do socialismo, acreditavam no internacionalismo. Portanto, eram múltiplos: eram judeus, eram brasileiros, eram do mundo. Engajados em uma “viagem” semelhante, mas não igual, há várias gerações de intelectuais brasileiros, desejavam a utopia dos *românticos revolucionários*. Mas, como sublinha Ridenti,

"não cabe tomar o romantismo revolucionário da época com um sentido pejorativo, como é tão comum hoje em dia. [...] Para setores politizados pela esquerda de gerações posteriores, as lutas dos anos 60 têm sido por vezes idealizada. [...] Por outro lado, como já apontou Daniel Aarão Reis Filho, multiplicam-se as versões conciliadoras da história recente, que vêem as lutas dos anos 60 meramente como as de meninos ingênuos e rebeldes, cheios de boas intenções, mas promotores de 'uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade, tremenda porra-louquice', ocultando os projetos de resistência e revolução. Esse tipo de leitura teria tornado 'possível dialogar com o passado sem se atormentar com ele'" (1997; pp. 419-20).

As dez trajetórias aqui pinceladas foram narradas para que não se faça com o passado um pacto da *memória da conciliação*, onde dores são esquecidas em detrimento de uma harmonia

ficícia. As histórias aqui recontadas são de imigrantes e netos desses, que não precisavam sair daqui para desejar construir um mundo melhor. Era nesse território, místico e mestiço, que queriam “ou deixar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”. Ou, nas palavras de Lamarca, “ousar lutar, ousar vencer”!